



**MODERNIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO**

# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

# **2011**

## Índice

1. INTRODUÇÃO .....	2
1.1. Enquadramento.....	2
1.2. Caracterização Situação Actual .....	2
1.3. Execução Orçamental.....	4
1.4. Capacitação Interna .....	6
1.5. Filosofia de Actuação .....	7
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	8
3. PROJECCÃO DO MODELO FUTURO .....	20
3.1. Desafios Identificados .....	20
3.2. Apetência para Mudança .....	22
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	23

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Enquadramento**

Este relatório pretende descrever sucintamente as actividades desenvolvidas pela Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas – ARAP no período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2011, num cenário de continuidade da instalação da entidade reguladora e de implementação do Sistema Regulado das Aquisições Públicas - SRAP.

Estando no processo de implementação do novo sistema de contratação pública, as actividades desenvolvidas pela ARAP em 2011 foram pautadas sobretudo pela execução das actividades previstas no Plano de Actividades da ARAP para 2011, no Projecto “Reforma do Sistema das Aquisições Públicas”, financiado pela Agência Espanhola da Cooperação Internacional (AECID), no Projecto de Capacitação de Pequenas e Médias Empresas e de Governação Económica, financiado pelo Banco Mundial e no Projecto de Apresentação e Socialização dos Procedimentos e Normas de Contratação Pública aos Municípios financiado pela Cooperação Francesa, com as parcerias do Sistema das Nações Unidas, do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento de Território e da Direcção-Geral do Património do Estado.

### **1.2. Caracterização Situação Actual**

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas – ARAP, foi criada em 2008 pelo Decreto-Lei nº 15/2008, de 8 de Maio, integrada no processo de reforma das aquisições públicas, e tem vindo a beneficiar de uma dinâmica estimuladora, visível na construção de um edifício jurídico robusto, face à criação e operacionalização das entidades do sistema apetrechadas com quadros treinados em técnicas e práticas modernas de contratação pública.

Contudo, este processo requer igualmente uma entidade reguladora dotada de todos os seus órgãos, de forma a cumprir com os seus objectivos preconizados com a sua a



## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

criação, por um lado, e, por outro, assegurar a dinamização do sistema que opera no mercado de aquisições públicas. A ARAP funcionou durante um ano, de Setembro de 2009 a Setembro 2010, com o CA composto por apenas dois membros, tendo o Governo nomeado o 3º Administrador em Setembro de 2010. Após a saída de um dos membros em Dezembro de 2010, o CA viu-se novamente sem legitimidade para funcionar, em conformidade com a imposição legal, de no mínimo três membros.

Esta situação é regularizada a 26 de Outubro de 2011, com a nomeação de mais um Administrador. Assim como o Conselho de Administração ficou completo, os demais órgãos foram devidamente compostos com a nomeação dos seus membros, designadamente os membros do Conselho Consultivo - CC e os da Comissão de Resolução de Conflitos - CRC. Os seis membros da CC foram nomeados através da Deliberação do CA da ARAP nº 10/2011, de 01 de Agosto, que foi publicada no Boletim Oficial nº30/2011, de 10 de Agosto, II série, e empossados a 6 de Setembro.

O CC é composto por um representante do sector privado – Conselho Superior das Câmaras de Comércio (CSCC), o qual integra as Câmaras de Comércio do Barlavento, do Sotavento e a Câmara de Turismo; três representantes do sector público – Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV); Direcção Geral do Património e das Contratações Públicas (DGPCP) e a Inspeção Geral de Obras Públicas e Particulares (IGOPP) e dois representantes da sociedade civil – Associação de Defesa dos Consumidores (ADECO) e a Ordem dos Engenheiros (OECV).

Na primeira reunião ordinária, elegeram como Presidente do Conselho Consultivo o representante do Sector Privado; como Vice-Presidente, o representante da Sociedade Civil e da Ordem dos Engenheiros; e como Secretário, o representante do Sector Público e da DGPCP.

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

A nomeação dos membros da CRC foi feita através da Deliberação do CA da ARAP nº 11/2011, de 26 de Outubro, e foi publicada no Boletim Oficial nº43 de 9 de Novembro de II série, e os três membros da Comissão foram empossados a 16 de Janeiro de 2012.

### **1.3. Execução Orçamental**

O orçamento da ARAP para o ano 2011 foi elaborado pela Unidade de Gestão em concertação com as demais Unidades. Após sua aprovação pelo Conselho de Administração, foi remetido ao membro do governo responsável pelo Ministério das Finanças que o homologou e o integrou no orçamento do Estado, assim como prevê o nº 2 do artigo 33º dos estatutos da ARAP.

O montante de despesas previstas ascenderam a 26.868.457\$00, o que representa em termos relativos um aumento de na ordem de 51%, considerando que as despesas previstas no orçamento para funcionamento da ARAP no ano 2010 foi de 17.774.550\$00. Este aumento deve-se, fundamentalmente, à previsão de contratação de 4 técnicos, para assegurar o funcionamento das Unidades de Supervisão, Auditoria e de Normalização, as áreas de negócio da ARAP, conforme o quadro a seguir:

<b>Classificador Económico</b>	<b>Rubrica</b>	<b>Valor</b>	<b>PE</b>
03.00.00.00	<b>Despesas Correntes</b>	<b>26.868.457</b>	<b>100%</b>
<b>03.01.00.00</b>	<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>19.675.829</b>	<b>73,2%</b>
03.01.01.00	<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>11.527.000</b>	<b>42,9%</b>
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	6.840.000	25,5%
03.01.01.03	Pessoal Contratado	4.357.000	16,2%
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	330.000	1,2%
03.01.02.00	<b>Remunerações var. de caracter não permanente</b>	<b>655.999</b>	<b>2,4%</b>
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	600.000	2,2%
03.01.02.02	Horas extraordinários	55.999	0,2%
03.01.03.00	<b>Segurança Social</b>	<b>2.452.830</b>	<b>9,1%</b>
03.01.03.02	Abono de Família	7.200	0,0%
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	2.435.550	9,1%
03.01.03.04	Seguros Acidentes no Trabalho	10.080	0,0%
03.01.04.00	<b>Dotação Provisional para Despesas com Pessoal</b>	<b>5.040.000</b>	<b>18,8%</b>

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0,0%
03.01.04.02	Recrutamento e Nomeações	3.360.000	12,5%
03.01.04.90	Outras Dotações	1.680.000	6,3%
<b>03.03.00.00</b>	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>7.192.628</b>	<b>26,8%</b>
03.03.01.00	Água	157.500	0,6%
03.03.02.00	Electricidade	398.768	1,5%
03.03.03.00	Combustíveis E Lubrificantes	530.000	2,0%
03.03.04.00	Conservação E Manutenção	300.000	1,1%
03.03.05.00	Equipamentos De Desgaste Rápido	50.000	0,2%
03.03.06.00	Consumo De Secretaria	204.000	0,8%
03.03.07.00	Rendas e Alugueres	0	0,0%
03.03.08.00	Representação de Serviços	168.000	0,6%
03.03.09.00	Comunicações	400.000	1,5%
03.03.10.00	Seguros	25.000	0,1%
03.03.11.00	Vigilância e Segurança	1.317.360	4,9%
03.03.12.00	Assistência Técnica Residente	1.200.000	4,5%
03.03.13.00	Deslocações E Estadias	1.050.000	3,9%
03.03.14.00	Limpeza Higiene E Conforto	72.000	0,3%
03.03.15.00	Divulgação	420.000	1,6%
03.03.16.00	Formação	300.000	1,1%
03.03.90.00	Outros Fornecimentos	600.000	2,2%

<b>04.00.00.00</b>	<b>Despesas de capital</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>04.01.00.00</b>	<b>Imobilização Corpóreas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
04.01.05.00	Maquinarias e Equipamentos	0	0,0%
04.01.07.00	Equipamentos de Carga e transportes	0	0,0%
04.01.08.00	Equipamentos Administrativos e Mobiliário Diverso	0	0,0%
04.01.90.00	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0,0%
<b>04.02.00.00</b>	<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
04.02.01.00	Patentes, Marcas e Licença	0	0,0%
04.02.02.00	Estudos, Investigação e Desenvolvimentos	0	0,0%
04.02.09.00	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0,0%

Em concertação com as demais Unidades, a UG executou o orçamento do ano 2011, no valor de 18.736.662,00\$00, correspondendo assim a 70% do Orçamento distribuído da seguinte forma:

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Rubricas</b>	<b>Valor Orçamentado</b>	<b>Execução</b>	<b>% de Execução</b>
Despesas com Pessoal	19.675.829,00	12.848.202,00	65%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.057.628,00	5.768.460,00	82%
Despesas de capital	135.000,00	120.000,00	89%
<b>Total</b>	<b>26.868.457,00</b>	<b>18.736.662,00</b>	<b>70%</b>

Devido a atrasos verificados na dotação dos órgãos da ARAP, designadamente, na nomeação de um dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Consultivo e dos membros da Comissão de Resolução de Conflitos, bem assim no que se refere ao recrutamento de dois técnicos, a execução do orçamento de 2010 foi de 75% e a de 2011, de 71%.

Os sucessivos orçamentos da ARAP financiam o seu funcionamento, designadamente o pagamento das despesas com pessoal e fornecimento de serviços externo, conforme quadro supra apresentado.

#### **1.4. Capacitação Interna**

Os membros do Conselho de Administração e os técnicos da ARAP foram alvos de algumas acções de formação, designadamente:

<b>Função</b>	<b>Identificação da Formação</b>	<b>Local/duração</b>	<b>Organização</b>
Membro do CA	Manuais de auditoria	Praia / Novembro	Tribunal de Contas
Membros do CA e técnicos da área económica	Procedimentos de procurement do Banco Mundial	Praia (LEC)/ Novembro – 3 dias	Banco Mundial
Técnico da área económica	Procedimentos de procurement do JICA (Japan International	Praia	Unidade de Gestão de projectos especiais do MTIE

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

	Cooperation Agency)		
Membro do CA e técnicos da área económica	Apresentação do e-procurement e testes da aplicação	Praia – MFP	NOSi/ UMS/DGPCP/Times Temp
Membro do CA	1ª fase do ciclo de formação de Gestão de aquisições públicas	Nairobi-Quénia de 5 a 16 de Dezembro,	IDEA international

### **1.5. Filosofia de Actuação**

A ARAP tem primado por uma actuação pedagógica visando salvaguardar a utilização dos documentos “tipo” produzidos, bem como socializar os procedimentos e as normas de contratações públicas, promovendo uma cultura de boas práticas de aquisições públicas entre os funcionários das entidades adquirentes do Estado e os fornecedores.

Essa actuação tem sido feita com base na prestação de esclarecimentos na elaboração dos documentos de concurso, na interpretação das normas e dos procedimentos de contratações públicas, e através de sessões de esclarecimento e de formação.

Paralelamente, a entidade reguladora tem divulgado de forma contínua a sua missão e as suas atribuições bem como os objectivos do sistema, através do *site* da ARAP, notas e das acções acima referidas.

Na senda de melhor divulgar as Boas práticas de Aquisições Públicas, a ARAP agendou vários encontros com as UGA, DGPOG e outras instituições públicas.

E nesse contexto teve um encontro com os órgãos reguladores no país, excepto o Banco de Cabo Verde, a saber ANAC, ARE, ARFA, ANSA e AAC na expectativa também de se criar uma “REDE” das agências de regulação que promova a regulação em Cabo

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Verde, a sua essência, a sua importância, no quadro de uma estratégia de comunicação integrada e pedagógica dirigida aos diferentes “stakeholders” da actividade reguladora e contribua para uma opinião pública esclarecida em matéria de regulação.

### 2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

É de destacar a concretização das seguintes actividades:

- a) Elaboração dos **Termos de Referência (TdR) para o recrutamento de uma firma de consultoria para a revisão e adequação da legislação sobre aquisições públicas** (Lei das aquisições públicas; regulamento das leis das aquisições públicas; Estatutos da ARAP; Regulamento que cria as UGA e Regime jurídico das empreitadas das obras públicas. Aguarda-se o processo de procurement que deve ser conduzido pela Unidade de Projectos - UP da Direcção Nacional do Plano - DNP, com financiamento do Banco Mundial no âmbito do projecto de capacitação de pequenas e médias empresas e governação económica. Está prevista a submissão das propostas ao Governo em 2012.
- b) Elaboração dos **TdR para o recrutamento de uma firma de consultoria para fazer a auditoria aos processos de aquisições públicas** conduzidos pelas UGAs durante o ano de 2010. O processo de *procurement* deverá ficar concluído em Janeiro de 2012, com a selecção da firma, devendo a auditoria terminar em Março de 2012.
- c) Elaboração dos **TdR para o recrutamento de uma firma de consultoria para a produção de manuais de procedimentos para as UGA, Júri e de Auditoria**. Em Dezembro a ARAP e a UP definiram um calendário para a condução do processo de *procurement*, devendo iniciar em Fevereiro de 2012.

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

- d) Elaboração dos **TdR para o recrutamento de uma firma de consultoria para prestar assistência técnica à ARAP**. O processo de *procurement* para essa actividade deve iniciar em Fevereiro de 2012.
- e) Elaboração dos **TdR para o recrutamento de uma firma de consultoria para elaborar instrumentos de divulgação do *website* da ARAP e do portal de compras públicas**. O processo de *procurement* para essa actividade deve iniciar após a produção do Portal de compras públicas.
- f) Elaboração dos **TdR para aquisição de equipamentos mobiliários e electrónicos para as UGA; DGPCP e ARAP**. Os equipamentos foram entregues em Janeiro de 2012, com registo de algum atraso. Adquiriram-se armários para assegurar o arquivo dos documentos de concurso, bem como *laptops*; impressoras, scanners e fotocopiadoras, para garantir a modernização, e dinâmica na condução dos processos e celeridade nas respostas.
- g) Elaboração dos documentos de concurso para o recrutamento de uma firma de consultoria para feitura do **Estudo da aplicabilidade da taxa sobre os processos de aquisições públicas / Organização do processo de *procurement*/ Apropriação do Estudo pela ARAP**. Essa actividade foi feita com financiamento da AECID, no âmbito do projecto de reforma das aquisições públicas, sedeadas na DGPCP. O estudo aponta dois cenários, de aplicabilidade de uma contribuição às entidades que compram e de uma taxa de serviço, devendo o primeiro ser implementado no âmbito da execução do Orçamento do Estado para 2013 e paralelamente deverão ser desenvolvidas as capacidades internas para a implementação do segundo cenário, que deverá ocorrer no âmbito da execução do Orçamento do Estado para 2015, bem como negociação com o Tribunal de Contas bem como da aprovação formal por parte do Governo. Antes de iniciar a sua implementação deverá ser socializado com o sector privado e a sociedade civil, tendo sido apresentado ao Governo através da Sra. Ministra das Finanças e do Planeamento, podendo ser eventualmente solicitados pareceres.

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Entretanto, deve-se aprovar no âmbito dos Estatutos da ARAP a previsão normativa relativamente à tipologia de receita a ser cobrada pela ARAP, devendo-se iniciar um processo de gestão interna visando garantir o suporte contabilístico.

- h) **Desenvolvimento de uma aplicação informática de certificação, promoção e desqualificação das UGA e/ou dos seus integrantes.** Esta actividade foi desenhada pela ARAP, desenvolvida pelo NOSI e financiada pela AECID. O desenvolvimento foi feito com base no regulamento que cria as Unidades de Gestão de Aquisições Públicas – UGA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2010, de 8 de Março, visando dinamizar e modernizar o processo de certificação, promoção e desqualificação. Contudo, este processo deverá ser revisto com a alteração do diploma e com a definição de novos critérios de certificação, promoção e desqualificação, o que já ficou previsto na aplicação.
- i) **Elaboração dos TdR para a feitura da prospecção de mercado de bens e serviços que interessam ao Estado,** pelo INECV, visando cumprir com a atribuição prevista nos Estatutos da ARAP bem como assegurar a harmonização das classificações na Plataforma electrónica das aquisições públicas que está sendo desenvolvida. Para tal e tendo em conta o *Know-How* do INE, a ARAP assinou um protocolo de cooperação, e traçou um plano de acção visando a concretização da citada prospecção. A actividade encontra-se ainda em curso, tendo em conta que houve necessidade de harmonizar a Classificação Nacional de Bens e Serviços – CNBS, com o Modelo Integrado de Gestão dos Activos – MIGA, visando criar um nomenclatura para compras públicas e só posteriormente é que se efectuará a feitura da prospecção de mercado, por forma a obter maior e melhor especificações dos bens e serviços e os seus preços. Essa actividade é conduzida pelo INE, com financiamento da AECID, com contribuições do NOSI, Unidade de Coordenação de Reforma do MFP - UCR, Unidade de Manutenção de Sistemas – UMS do MFP e a DGPCP.

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

- j) Elaboração da proposta do **Regulamento Orgânico da ARAP**. Desde 2010 que a ARAP tem vindo a elaborar várias propostas do regulamento orgânico tendo sido concluído em 2011, com aprovação do Conselho de Ministros, e publicação no BO nº 42, I série, do Decreto-Regulamentar nº 13/2011, de 30 de Dezembro. A estrutura orgânica da ARAP prevê a criação de três Unidades técnicas: a Unidade de Supervisão, Auditoria e Normalização, a Unidade de Capacitação, Divulgação e certificação e a Unidade de Gestão; e um Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração, visando assegurar o cumprimento da missão de Regular da ARAP com base nos quatro pilares: Auditar; regulamentar, Formar e Resolver Conflitos, sendo que para esta última foi criada e dotada a CRC.
- k) Elaboração da proposta de diploma que aprova o **Estatuto dos Membros do Conselho de Administração da ARAP**. Encontra-se no MFP para efeitos de agendamento no Conselho de Ministros.
- l) Elaboração da proposta de diploma que aprova o **Estatuto da Comissão de Resolução de Conflitos**. O Documento foi aprovado pelo Conselho de Ministros e publicado no BO nº 42, I série, através do Decreto-Regulamentar nº 12/2011, de 30 de Dezembro.
- m) Elaboração da proposta do **Regulamento Interno do Conselho Consultivo**. A proposta foi submetida ao CC tendo sido aprovada pelos seus membros na primeira reunião ordinária realizada a 06 de Setembro, e foi publicado no site da ARAP no mês de Dezembro.
- n) Elaboração da proposta do **Código de Conduta para os integrantes do Sistema Regulado das Aquisições Públicas**. Esteve agendado a sua aprovação do Código para a última reunião do CA de 2011, ocorrido a 28 de Dezembro, mas foi adiado para receber mais contribuições dos colaboradores, devendo ser aprovado ainda no primeiro trimestre de 2012.
- o) **Certificação dos integrantes das Unidades de Gestão de Aquisições**. Foram certificados os integrantes das seis UGA, num total de trinta membros, criadas

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

à luz do diploma que aprova a execução do orçamento para 2010, tendo sido introduzidos na aplicação informática. Em 2011 foi criada a UGA do Ministério da Juventude e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e certificados os cinco membros propostos, tendo sido capacitada pela ARAP, a coordenadora da referida UGA.

p) **Elaboração do Programa de acção para 2012 com a ARMP.** Em conformidade com o Protocolo de Cooperação assinado em Dezembro de 2010 com a Congénere Senegalesa da ARAP – *Autorité de Régulation des Marchés Publics* – ARMP, foi elaborado o programa de acção provisória para 2012, cujas acções circunscrevem a acções de formação e de troca de experiência em matéria de aquisições públicas. O programa foi aprovado em reunião ordinária do CA, mas devendo ser melhorado, com a introdução de acções mais específicas e de outros indicadores. Para o efeito e conforme anuncia o protocolo, foi criado uma comissão na ARAP composta por dois representantes, incumbidos de acompanhar e executar o protocolo e o programa a ser implementado no ano de 2012.

q) Realização do **Atelier de apresentação dos procedimentos e normas de contratação pública** a todos os Municípios de Cabo Verde, realizado pela ARAP, em parceria com o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento de Território e com a Direcção-Geral do Património Geral do Estado e das Contratações Públicas - DGPCP e teve o financiamento da Embaixada da França bem assim do programa das Nações Unidas ambas sedeadas no nosso país.

De salientar que esses ateliers, os primeiros organizados pela ARAP, nessa área, foram preparados e orientados pela Administradora e Técnicos da USAN.

Na primeira sessão de formação que aconteceu nos dias 14, 15 e 16 de Setembro, na sala de conferências do MFP e contou com a presença de 22 formandos, oriundos das Câmaras Municipais do Maio, e de Santiago (Praia, R<sup>a</sup> Grande de Santiago, São Salvador do Mundo, Tarrafal, Santa Catarina, Santa

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Cruz e São Domingos). A segunda sessão formação aconteceu nos dias 21, 22 e 23 de Setembro, na ilha do Fogo, e contou com a presença de 11 formandos, oriundos das Câmaras Municipais do Fogo e da Brava.

A terceira sessão formação aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de Setembro, na Biblioteca Municipal dos Espargos, na ilha do Sal, e contou com a presença de 12 formandos, oriundos das Câmaras Municipais de S. Nicolau, Sal e Boa Vista e a quarta sessão formação aconteceu nos dias 12 a 14 de Setembro, na ilha de S. Vicente, e contou com a presença de 18 formandos, oriundos das Câmaras Municipais de Sto. Antão e São Vicente e de várias outras instituições públicas nacionais nomeadamente Institutos Públicos sedeados em Mindelo.

Depois dessas sessões de formações foi realizado no hotel Tropic na Praia um atelier de balanço e enceramento que contou a participação de vários presidentes e vereadores das camaras municipais de todo o País, tendo todos reputado de oportuno e pertinente a realização desta acção augurando que mais acções do género sejam conduzidos.

- r) **Workshop de balanço do Sistema Regulado de Aquisições Públicas.** ARAP organizou um *workshop* a 11 de Abril de 2011, com o objectivo de fazer um balanço do funcionamento do novo sistema das aquisições públicas em Cabo Verde, assim como identificar as situações/normas que obstaculizam a celeridade e efectividade do sistema e fortalecer o relacionamento e o diálogo institucional entre os seus integrantes.

Os trabalhos foram desenvolvidos em três painéis, nomeadamente:

- *Os desafios da regulação das contratações públicas em Cabo Verde;*
- *Adequação das políticas e estratégias de sourcing – Experiencia do MITT e das Agregações;*
- *A modernização das Aquisições Públicas em Cabo Verde: Legislação, processos e tecnologias.*

## **AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

As recomendações saídas do evento, após um dia de balanço, foram as seguintes:

- 1.** Actuação preventiva da ARAP enquanto órgão regulador do sistema;
- 2.** Criação de mecanismos pela ARAP para acompanhar os processos de aquisições públicas, sem beliscar a sua missão regulatória e de resolução de conflitos, apostando na realização de acções preventivas sobretudo no período antes do lançamento dos anúncios ou envio dos convites;
- 3.** Criação de mecanismos pela ARAP, para fiscalizar de forma efectiva a fase de execução de contratos, sobretudo as de aquisição de empreitadas e concessões de obras públicas;
- 4.** Capacitação dos membros das Unidades de Gestão de Aquisições; bem como na garantia das condições de trabalho;
- 5.** Elaboração dos planos anuais de aquisições públicas, com maiores especificações de bens e indicação orçamental e cumprir com os prazos definidos na lei;
- 6.** Introdução de uma catalogação com respectivas especificações de bens e serviços no âmbito do plano anual de aquisição;
- 7.** Publicitação do plano anual de aquisições de forma a dinamizar o mercado;
- 8.** Elaboração por cada sector, do plano de aquisição de empreitadas e concessão de obras públicas e submeter para o visto da ARAP, tendo em conta que a UGA do MITT não tem competências para agregações;
- 9.** Revisão da legislação sobre as aquisições públicas;
- 10.** Participação empenhada dos intervenientes, sobretudo do órgão regulador e do órgão executor, de forma a haver uma efectiva harmonia no sistema regulado das aquisições públicas.
- 11.** Dotação da entidade reguladora de meios humanos e financeiros necessários à prossecução das suas atribuições sobretudo no que concerne a realização de auditorias e supervisão dos processos.

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Os resultados do *Workshop* revelaram que, apesar da fraca participação dos integrantes nas temáticas em debate, os objectivos foram atingidos, considerando que, no decorrer do balanço, foi possível identificar algumas situações/normas que obstaculizam a celeridade e efectividade do sistema e, ainda, entre as várias recomendações feitas, foi possível à ARAP recolher pistas para a sua actuação, no sentido de assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos, bem como de detectar, esclarecer e combater quaisquer sinais de corrupção no sistema.

No que tange aos outputs pretendidos, entendeu-se que o *workshop* trouxe, efectivamente, um maior envolvimento dos intervenientes do sistema e que o relacionamento e o diálogo com as instituições saíram mais reforçados. Outro *output* do balanço foi o relatório do evento contendo a análise e as recomendações de melhoria, tanto da legislação, como da actuação das entidades do sistema.

- s) **Apreciar e resolver conflitos em matéria de aquisições públicas.** Até o fim da instalação da ARAP, em Setembro de 2011, e da composição da Comissão de Resolução de Conflitos, em Outubro de 2011, os membros do CA, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 41º do Estatuto da ARAP, apreciaram e trataram quatro recursos interpostos na entidade reguladora.

Após a nomeação dos membros da CRC já registamos a entrada de dois recursos.

- t) **Acompanhamento e Supervisão dos processos de aquisições públicas.** Os "documentos tipo" aprovados tem sido um dos instrumentos de referência utilizados pela Unidade de Supervisão, Auditoria e Normalização para emissão de pareceres sobre os processos submetidos à apreciação da ARAP. Os modelos desses vários documentos têm sido uma mais-valia para a uniformização dos documentos dos procedimentos de aquisições públicas levadas a cabo por diferentes entidades adjudicantes.

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

Entretanto, os modelos que vêm sendo adaptados para as obras públicas devem ser formulados, em obediência ao Decreto-lei nº 54/2010, de 29 de Novembro, que aprova o Regime Jurídico das Empreitadas de obras públicas.

Outro instrumento utilizado na análise dos planos anuais de aquisições (PAA's) é a Instrução para registo, tramitação e análise dos planos anuais de aquisições públicas. Apesar de não estar aprovado, desde o início do ano, contribuiu para análise dos vários Planos Anuais de Aquisições submetidos à Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP).

Foi criada igualmente um ficheiro em Excel para efeitos de registo tanto das recomendações da ARAP sobre os processos como informações relativas à publicação de anúncios nos jornais, relatórios do júri, fase de execução dos contratos, de entre outras informações.

Conforme o orçamento Geral do Estado de 2011 (OGE), os Ministérios elencados no Anexo, foram contemplados, com verbas para aquisições de bens e serviços no valor global de 3.014.924.999\$00.

Apesar da disponibilidade orçamental para aquisição de bens e serviços evidenciado no OGE apenas quatro (4) Ministérios remeteram os documentos de concurso à ARAP antes do lançamento do procedimento. Os demais Ministérios constantes do anexo não remeteram qualquer documento/processo.

Os quatro Ministérios acima referidos, a saber da Saúde, da Defesa Nacional, da Administração Interna e das bem assim outras Instituições Públicas submeteram 22 processos conforme se pode aferir do Quadro 1 infra.

Quadro 1: Lista das entidades que submeteram processos

Entidade	Tipo de Procedimento	Objecto
Inst. Nacional de Gestão dos	Concurso Público	Equipamentos Hidrométricos

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Recursos Hídricos		
Casa do Cidadão	Aquisição Competitiva	Consultadoria
Forças Armadas	Concurso Público	Aquisição de Veículos
	Aquisição Competitiva	Aquisição de Veículos
Agência Nacional de Aviação Civil	Concurso Público	Consultadoria
	Aquisição Competitiva	Materiais Informáticos
Min. Administração Interna (MAI) - DGPOG	Concurso Público	Aquisição de Veículos
MAI	Ajuste Directo	Dipositivos Tecnológicos
	Ajuste Directo	Impressão de boletins de Voto
	Ajuste Directo	Aquisição de Veículos de Incêndio
Ministério da Saúde – DGPOG	Aquisição Competitiva	Materiais Hospitalares - HBS
	Aquisição Competitiva	Aparelho de T.A.C para HAN
Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) – UGA	Concurso Público	Desen. do portal de aquisições
	Concurso Público	Serviços de Limpeza e Higiene
	Aquisição Competitiva	Manutenção de Equipamentos
	Concurso Público	Materiais Consumo de Secretaria
MFP – DGPOG	Ajuste Directo	Sistemas de Vídeo vigilância
FICASE	Concurso Público	Aquisição de Géneros Alimentícios
Câmara M.S. Domingos	Concurso Público	Relva Sintética
Câmara Santa Catarina do Fogo	Concurso Público	Construção de paços do Concelho
Assembleia Nacional	Concurso Público	Materiais Informáticos

Dos 22 processos de concurso analisados, 11 são de Concurso Público, 6 de aquisição Competitiva e 5 de Ajuste directo. Com relação aos processos do Ministério das Infra-estruturas importa referir que foram recebidos 12 processos, sendo que em todas as situações aconteceu após o lançamento do

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

procedimento. De referir ainda que esses processos não representam a totalidade de processos de concurso.

As principais dificuldades ou falhas cometidas pelas instituições na elaboração dos documentos de concurso foram os seguintes:

- ✓ Não definição e/ou especificação do modelo de avaliação;
- ✓ Ausência de especificação de cláusulas técnicas, designadamente, o enquadramento, a especificação do fornecimento, a gestão global e o controlo de qualidade e equipa;
- ✓ Ausência de definição detalhada do objecto do concurso;
- ✓ Remessa de convites, no caso de aquisição competitiva, a um pequeno número de empresas;
- ✓ Condução de processos pela Direcção de Orçamento Planeamento e Gestão num Ministério com UGA devidamente constituída e certificada;
- ✓ Falta de disponibilidade Orçamental para levar a cabo a aquisição.

Por via disto a ARAP procedeu a várias recomendações sendo as principais e com o intuito de melhorar os documentos de concursos as seguintes:

- ✓ Rever o objecto do concurso e/ou clarificar o mesmo;
- ✓ Definir os critérios de avaliação de acordo com os requisitos exigidos às candidaturas;
- ✓ Elaborar minutas do contrato no momento da elaboração dos demais documentos de concurso (n.º 3 art.º 30 do RJAP);
- ✓ Cancelar o concurso, ao abrigo do previsto na alínea b) n.º 1 do artigo 38º do Programa de concurso, de acordo com os artigos 51º, n.ºs 3 e n.º 5 do artigo 103º, respectivamente do RJAP, e do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro;

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

- ✓ Reformular os convites e demais documentos concursais, incluindo prazos e outros conteúdos de acordo com os “documentos tipo”;
- ✓ Endereçar o convite a um maior número de empresas de forma a se obter, pelo menos três propostas a serem avaliadas;
- ✓ Que seja a UGA a conduzir, desde que esteja devidamente certificada.

**u) Acompanhamento e Supervisão a elaboração dos Planos de Aquisições Anuais de Aquisições públicas (PAA).** De acordo com o previsto no artigo 41º do RJAP algumas entidades procederam ao planeamento das aquisições e submeteram-nas à ARAP.

Quadro 2. Lista das Entidades que submeteram Planos de Aquisições

Entidades
Casa do Cidadão
Comando Logística- Forças Armadas
Laboratório E. Civil
Instituto Pedagógico
Ministério das Finanças
Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro
Ministério de Defesa Nacional

Da análise do quadro supra podemos realçar que foram apreciados 7 (sete) Planos durante o ano de 2011, entretanto, convém frisar que de entre os Ministérios com UGA criadas apenas a do Ministério das Finanças e Planeamento procedeu ao envio do plano à ARAP.

Outrossim, os Planos relativos à Casa do Cidadão e ao instituto pedagógico referem-se ao ano de 2011. Convém ainda realçar que não foi elaborado o Plano de Aquisição Agrupada, conforme dispõe art.º 45 do RJAP.

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

No decurso da apreciação feita pela ARAP aos Planos em apreço foram constatadas algumas falhas que se elencam de seguida, tendo a ARAP recomendado as suas correcções o que foi prontamente aceite pelas Entidades visadas:

- ✓ Ausência de menção no PAA da previsão da dotação orçamental inscrita no Orçamento do Estado para o ano 2012 para suportar as despesas;
- ✓ Inclusão de MARCAS o que contraria o previsto no ponto 5 art.º 34 do RJAP;
- ✓ Não indicação do tipo de procedimento a seguir;
- ✓ Não inclusão do período de aquisições ou data de compra dos Bens;

### 3. PROJECCÃO DO MODELO FUTURO

#### 3.1. Desafios Identificados

- a) **Garantir a Independência e a Autonomia Financeira da ARAP.** Feito o Estudo que nos aponta alguns cenários e pistas para assegurar a nossa autonomia financeira, resta-nos cumprir com as *démarches* para a sua implementação, quais sejam: i. Socialização do mesmo com as Câmaras de Comércio de Barlavento e Sotavento, Câmara de Turismo, Plataforma das ONG's, as Ordens, bem como outras instituições que não estiveram presentes no *workshop* organizado para discussão dos cenários ora propostos no Estudo; ii. Previsão no âmbito dos Estatutos da ARAP e, iii. Operacionalização das recomendações dos cenários.
- b) **Identificar as acções estratégicas para ARAP num universo de três anos.** Os TdR já foram elaborados e tem por objectivo delinear as suas acções com a indicação dos objectivos, metas, indicadores, bem como formas de monitorização e avaliação das mesmas.

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

- c) **Desenvolver Estratégias para fomentar a participação das Pequenas e Médias empresas nacionais nos processos de aquisições Públicas.** Sendo um modelo novo de aquisições públicas para Cabo Verde, devemos garantir que esse modelo é o ideal para o cumprimento dos objectivos traçados, mas também a nível das participações no sistema. Assim, para além de encontro já agendados com a ADEI e as Câmaras de Comércio e de Turismo, um dos desafios que apontamos é a elaboração de um estudo para verificar o nível de participação das pequenas e médias empresas nos processos de aquisições públicas, identificando os motivos pelas quais se pautam essas participações ou as que fundamentalmente não participam bem como a sua distribuição a nível nacional. Após a elaboração do estudo, tomaremos as devidas decisões visando salvaguardar o cumprimento dos princípios legais do sistema.
- d) **Implementação do E-procurement** Com o intuito de dar continuidade ao projecto de montagem de uma plataforma tecnológica para o Sistema Regulado de Aquisições Públicas foi iniciado um ciclo de trabalho com a constituição de uma equipa composta por elementos da ARAP, da DGPE, do UCR, do NOSI e da UMS, que irá acompanhar o projecto de desenvolvimento até à entrada em produção, e dará continuidade á implementação do sistema em Cabo Verde. Após algumas sessões de trabalho para apresentação do que foi desenvolvido, e após perceber que o sistema entregue em Novembro de 2010 não foi devidamente apropriado por nenhum dos *stakeholders*, foi chamado a Cabo Verde, em representação da Timestamp (empresa que desenvolveu o *software*) o Eng.º. Fazil Kahn, com a presença do qual, foram realizadas várias reuniões durante o mês de Dezembro de 2011, cujo objectivo foi validar o funcionamento do sistema de *procurement* e estabelecer o que falta para a disponibilização do sistema em produção. Esta equipa, após análise de cada processo, solicitou um conjunto de alterações, para além da parametrização que ainda faltava fazer na máquina de produção (trabalho que

## AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

não foi realizado em Novembro de 2010, por não existir acesso ao ambiente de produção).

Em resumo as macro tarefas identificadas para arranque do sistema são:

- Conjunto de alterações nos diversos processos definidos (que implica novos desenvolvimentos e alterações à parametrização existente, bem como novas integrações com o SIGOF); Ajustamento dos documentos (Manuais e processos) de acordo com essas alterações;
- Formação (aos formadores, aos administradores funcionais do sistema e aos administradores da Base de dados);
- Parametrização no ambiente de produção (Setup da aplicação, instalação desenvolvimentos e instalação das integrações);

### **3.2. Apetência para Mudança**

O processo de reforma das aquisições públicas implicou mudanças estruturantes, designadamente a elaboração e implementação de novos procedimentos e normas de contratações públicas, que deverá entretanto ser adequado a realidade social, económica e cultural do País; a definição e implementação de um quadro institucional e organizacional para a operacionalização eficiente e eficaz do sistema global de gestão de aquisições públicas; e o reforço das capacidades humanas e institucionais para a melhoria da regulação do sistema de aquisições públicas.

Contudo, o alcance destes objectivos devem simultaneamente se traduzirem em meios, processos e fins, um conjunto articulado de resultados e respectivas actividades, daí que a vontade de mudança é crucial nesse processo.

E, para tal alguns princípios devem ser observados: i. necessidade de adopção de uma pedagogia de participação para que as mudanças sugeridas e empreendidas sejam fruto de um trabalho comum (governo central, autoridades locais, sector privado,

## **AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

sociedade civil). ii. necessidade de privilegiar acções produtoras de resultados visíveis de curto e médio prazo, todas inscritas numa estratégia de longo prazo, permitindo perspectivar resultados duráveis e de efeitos multiplicadores tanto, na formação/capacitação humana, como, na construção de um quadro institucional adequado; iii. necessidade de privilegiar o desenvolvimento de acções integradas; iv. necessidade de conceder uma especial e particular atenção à participação das micro e pequenas empresas, criando condições a sua efectiva inclusão e, desencorajando, iniciativas de efeitos contrários.

#### **4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

É com convicção de que o balanço das actividades levadas a cabo em 2011 foi positivo, tendo sido cumprido o planeado, à excepção das actividades integradas no projecto de Capacitação das Pequenas e Médias Empresas e Governação Económica, devido ao atraso na instalação da Unidade de Coordenação do citado projecto.

Em 2011 concluímos o processo de instalação da entidade reguladora, e os resultados obtidos nesse ano asseguram-nos que a execução das actividades a que nos propomos para o ano de 2012 irão romper com um processo e iniciar um novo ciclo de vida na regulação do mercado das contratações públicas, com muita reflexão sobre a missão futura da ARAP.

Deve-se ressaltar a composição de todos os órgãos da ARAP, designadamente do CA, a CRC e do CC bem como o recrutamento de mais quatro técnicos (dois juristas, um auditor e um economista) aumentando para seis o número de técnicos da ARAP (um gestor e um relações públicas) estando efectivamente criadas as condições básicas para o funcionamento da entidade reguladora.

Não temos dúvida de que a melhoria da gestão dos contratos públicos poderá traduzir-se em ganhos de eficiência e eficácia, libertando recursos que poderão ser melhor



**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

aproveitados no contexto da promoção do desenvolvimento social e económico das comunidades. E a ARAP contribuirá para a melhoria do ambiente de negócios através de uma efectiva regulação e colaborando com os integrantes do sistema através da capacitação contínua e de auditorias aos processos.

Apesar da entrada numa nova etapa e da realização das actividades supra elencadas, recomenda-se a feitura de um plano estratégico para a ARAP, visando assegurar um visão integrada da regulação, alicerçada num conceito rigoroso de regulação independente – amiga do mercado, consonante com a liberalização e o fomento da concorrência, protectora da eficiência, do interesse geral – enquadrada numa Lei que estabeleça as grandes linhas do seu conceito institucional, padronize e racionalize as principais soluções e estabeleça uma base jurídica sobre as aquisições públicas e devida regulamentação.

Aprovado por deliberação pelo Conselho de Administração, aos 31 de Janeiro de 2012.

O Conselho de Administração

---

Carla Soares de Sousa

/Presidente/

---

Amaro da Luz  
/Administrador/

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Anexo**

<b>Entidades</b>	<b>Montantes</b>
<b>Gabinete do Primeiro Ministro</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	1.502.000
Fornecimentos e Serviços	107.874.091
<b>Gabinete do Ministro da Reforma do Estado</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	100.000
Fornecimentos e Serviços	5.962.210
<b>Ministro-adjunto do Primeiro Ministro</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	3.722.390
<b>Ministro da Presidência do Conselho Ministro</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	48.006.000
<b>Ministro dos Assuntos Parlamentares</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	6.191.000
<b>Secretaria de Estado de Administração Pública</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	50.000
Fornecimentos e Serviços	10.029.104
<b>Ministério da Saúde</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	513.697.309
Fornecimentos e Serviços	382.133.874
<b>Ministério das Finanças e do Planeamento</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	5.051.900
Fornecimentos e Serviços	390.643.593
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	20.800.000
Fornecimentos e Serviços	96.275.185
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	



**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	94.000.000
<b>Ministério da Administração Interna</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	73.865.973
Fornecimentos e Serviços	213.982.810
<b>Ministério da Justiça</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	66.300.000
Fornecimentos e Serviços	221.821.078
<b>Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	562.500
Fornecimentos e Serviços	84.734.222
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Família</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	20.737.808
<b>Ministério do Ambiente, Habit. e Ordenamento do Território</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	46.145.129
<b>Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	35.104.302
<b>Ministério do Turismo, Industria e Energia</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	0
Fornecimentos e Serviços	44.610.025
<b>Ministério da Educação e Desporto</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	90.448.278
Fornecimentos e Serviços	226.475.393
<b>Ministério do Desenvolvimento Rural</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	1.946.060
Fornecimentos e Serviços	59.154.260

**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Ministério de Ensino Superior, Ciência e Inovação</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	1.000.000
Fornecimentos e Serviços	79.717.410
<b>Ministério das Comunidades</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	851.031
Fornecimentos e Serviços	23.809.681
<b>Ministério da Cultura</b>	
Aquisição de Bens e Serviços	240.000
Fornecimentos e Serviços	37.380.383
<b>Total</b>	<b>3.014.924.999</b>